
Sol de Brotas 2 S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sol de Brotas 2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol de Brotas 2 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.



Sol de Brotas 2 S.A.

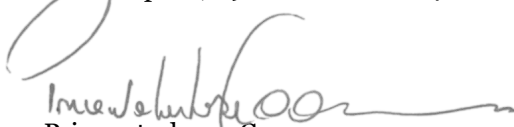
As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 29 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Sol de Brotas 2 S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	12	Fornecedores	5	3	-
Total do ativo circulante		3	12	Total do passivo circulante		3	-
				Total do passivo		3	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	6	20	20
				Prejuízos acumulados	6	(41)	(8)
				Total do Patrimônio Líquido e Passivo a Descoberto		(21)	12
				Adiantamento para futuro aumento de capital	6	21	-
				Total do patrimônio líquido e AFAC		-	12
Total do ativo		3	12	Total do Passivo e Patrimônio líquido		3	12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 2 S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	7	(33)	(8)
		(33)	(8)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(33)	(8)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(33)	(8)
Prejuízo do exercício		(33)	(8)
Resultado diluído por lote de mil ações (R\$)		(1,65)	(0,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 2 S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Prejuízo do exercício		<u>(33)</u>	<u>(8)</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:			
Variação de investimentos ao valor justo		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>(33)</u></u>	<u><u>(8)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 2 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízo acumulado	Total do Patrimônio Líquido e Passivo a Descoberto	Adiantamento para aumento de capital	Total do patrimônio líquido e AFAC
Saldo em 01 de janeiro de 2022		20	-	20	-	20
Prejuízo do exercício		-	(8)	(8)	-	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20	(8)	12	-	12
Prejuízo do exercício	6	-	(33)	(33)	-	(33)
Aumento de capital	6	-	-	-	21	21
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20	(41)	(21)	21	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 2 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(33)	(8)
Variações nos ativos e passivos:			
Fornecedores	5	3	-
		3	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(30)	(8)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital e AFACs recebidos	6	21	-
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		21	-
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9)	(8)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	12	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	3	12
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(9)	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 2 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto

A Sol de Brotas 2 S.A. (“Companhia” ou “Sol de Brotas 2”), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

Em 21 de dezembro de 2023 foi aprovado pela Administração da Companhia o Projeto Solar Híbrido, que consiste na instalação de usinas solares fotovoltaicas junto os parques eólicos de Ventos de Santa Eugênia, Morro do Cruzeiro e Brotas de Macaúbas. A localidade deste projeto é estratégica e visa a complementariedade das fontes solares e eólicas, grande parte da energia eólica é gerada no período noturno, enquanto a geração solar ocorre diurnamente, com isso é possível aproveitar ao máximo a infraestrutura de transmissão de energia elétrica. Adicionalmente, será instalado um projeto piloto de bateria com 1MW/4MWh que terá como objetivo captar a energia excedente e injetá-la no sistema elétrico nacional em momentos que existam maior disponibilidade de escoamento de energia.

Para viabilização dos Parques Fotovoltaicos, houve a alteração da razão social da Oslo XI para Sol de Brotas 2 bem como a mudança do objeto social e cadastro nas Prefeituras para que a nova finalidade seja atendida. Na Sol de Brotas 2, serão instalados 54.318 módulos fotovoltaicos, com uma potência de 38 MWp e 32 MW, neste projeto serão utilizadas estruturas móveis que rastreiam o sol durante o dia, assim maximizando a geração dos módulos solares. O projeto conta com o orçamento de R\$ 148.682 (P50), sendo o início da construção previsto para junho de 2024 e término ao longo de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.5. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração

de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa representado pelo montante de R\$ 3 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2022) é composto integralmente por contas bancárias em moeda funcional.

5. Fornecedores

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	3	-
	<u>3</u>	<u>-</u>
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	3	-

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, subscrito e integralizado está representado pelo montante de R\$ 20 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2022) e por 20.000 ações ordinárias nominativas (20.000 ações em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu o total de R\$ 21 em forma de aporte de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

7. Custos e despesas

a) Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Impostos e taxas	(4)	(2)
Serviços de terceiros	<u>(29)</u>	<u>(6)</u>
	<u>(33)</u>	<u>(8)</u>

8. Eventos subsequentes

Até a data da emissão desta demonstração financeira, foi recebido o montante de R\$ 475 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital de sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. com a principal finalidade de realizar as aquisições de bens e serviços necessários para suportar a fase de construção do projeto.
